

Dora Kramer*

STF corrói o próprio capital

O Supremo Tribunal Federal não veio parar onde está de repente, por acaso ou sem o esforço de seus integrantes. Foi um trabalho metucioso ao longo dos últimos anos de corrosão de um dos preceitos constitucionais que norteiam a administração pública: a impessoalidade.

Ministros adotaram atitudes de estrelas e, em alguns casos, com um traço de empáfia mais comum nas subcelebridades que nos astros de verdade. Atrairiam apenas antipatia se não ultrapassassem outros mandamentos daquele definidor artigo 37 da Constituição de 1988 que exige do servidor respeito à legalidade, à moralidade, à publicidade e à eficiência.

Os casos de nariz arrebitado, língua afiada e circulação indevida em convescotes jurídico-festivos pelo mundo não precisam ser revisitados, pois estão inscritos no passivo da corte. Além disso, o problema já não é desse ou daquele ministro, é da instituição Supremo Tribunal Federal, representação máxima do Judiciário.

Executivo e Legislativo são frequentadores habituais do noticiário sobre eventos negativos, mas

as malfetorias cometidas por seus integrantes têm a Justiça como instância de correção. É a ela que se recorre e é nela que a sociedade deposita sua confiança.

Ou melhor, depositava até que o STF comesse a erodir esse capital sem dar atenção aos alertas. Um país desconfiado da Justiça é um país que não confia no porto seguro da legalidade.

Para dar um jeito nisso não bastam um código de ética ou ações pontuais como as cruzadas do ministro Flávio Dino contra o uso indevido de emendas parlamentares e as transgressões ao teto salarial do funcionalismo. São boas causas, mas, no caso dos penduricalhos, tardia.

Não foi de repente, por acaso ou sem a conivência dos juízes que determinados salários chegaram ao grau superlativo de hoje e que as distorções de pagamentos indevidos fossem mais escandalosas no Judiciário.

Recuperação de confiança é obra que leva tempo, requer esforço, autocritica e, sobretudo, espírito público. Passou da hora de começar.

*Jornalista e comentarista de política

Aristóteles Drummond

O exemplar Humberto Mota

A iniciativa de Antônio Queiroz, presidente da Fecomércio, de homenagear personalidades relevantes na vida do Rio de Janeiro não se ateve a Daniel Homem de Carvalho, sobre quem escrevemos semana passada. Entre os agraciados, estavam dois outros ex-presidentes da Associação Comercial do Rio, Ângela Costa, primeira mulher a ocupar o cargo e industrial de sucesso, e Humberto Mota, com uma vida no setor privado, serviços prestados em cargos públicos e dedicação generosa no campo associativo, religioso e filantrópico.

Nascido em Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, Mota começou sua vida em Belo Horizonte, onde, muito jovem, se destacou. Com passagem em Brasília, no gabinete do ministro Mário Henrique Simonsen, veio para o Rio de Janeiro, onde fez admirável carreira no Grupo Brascan, onde chegou ao topo em 25 anos de atuação. Depois foi dirigir o Grupo Dufry, onde está até hoje, participando das reuniões da cúpula da empresa de presença nos maiores aeroportos do mundo.

Humberto por duas vezes atendeu a convites do setor público, primeiro do presidente FHC para ocupar a presidência dos Correios e depois da governadora Rosinha Garotinho, para comandar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do

Rio, onde fundou a Agência Rio, de imensos serviços prestados ao estado desde então.

Na Associação Comercial, ocupou a presidência e liderou o Conselho Superior por mais de 20 anos, quando consolidou seu nome entre o grandes líderes empresariais da cidade e do estado.

Não menos importante são seus serviços prestados à Igreja, sua fé, com destaque para a participação relevante na construção do santuário de São Judas Tadeu, em Pitangui, cidade mineira onde fez seus primeiros estudos e sua mãe foi professora e ao movimento em Baependi pela santificação de Nhá Chica. Em outubro último, foi recebido em audiência privada pelo Papa Leão XIV, a quem entregou imagem e livro sobre a beata mineira, pedindo a atenção papal para o processo de canonização. O processo tem sido acompanhado pelo Padre Jorge. O apoio às causas sociais, inclusive programas da própria Fecomércio, como treinamento para o emprego de pessoas com limitações, coroam sua dimensão humana de verdadeiro cristão.

Neste momento em que exemplos de vida ilibada têm significado no Brasil, a iniciativa de Antonio Florencio Queiroz ganha maior importância. Humberto Mota é um vencedor que consagra o trabalho, dedicação e correção como instrumentos para o sucesso.

EDITORIAL

EUA, Irã e um clima nebuloso

As relações entre Estados Unidos e Irã figuram entre as mais complexas e voláteis da política internacional contemporânea. Desde a Revolução Islâmica, que derrubou o xá aliado de Washington e instaurou a República Islâmica, os dois países alternam momentos de tensão aguda e tentativas cautelosas de negociação. No centro desse embate está a questão nuclear, mas ela é apenas a face mais visível de uma disputa mais ampla por influência regional, segurança e legitimidade política.

Do ponto de vista norte-americano, o programa nuclear iraniano sempre foi interpretado sob a lente da não proliferação. Washington sustenta que um Irã com capacidade de produzir armas nucleares desestabilizaria o Oriente Médio, estimularia uma corrida armamentista e colocaria aliados estratégicos sob ameaça. Já Teerã argumenta que seu programa tem fins pacíficos e que o direito ao desenvolvimento nuclear para geração de energia é garantido pelo Tratado de Não Proliferação. A desconfiança mútua, porém, é alimentada por décadas de retórica hostil, sanções econômicas severas e confrontos indiretos na região.

O ápice da diplomacia recente ocorreu com o Plano de Ação Conjunto Global, firmado em 2015 entre o Irã e potências mundiais, incluindo os Estados Unidos durante o governo de Barack Obama. O acordo impunha limites rigorosos ao enriquecimento de urânio em troca do alívio de sanções. Para muitos analistas, tratava-se de uma solução imperfeita, porém pragmática, que reduzia riscos imediatos. Contudo, a reti-

rada unilateral dos EUA em 2018, sob a administração de Donald Trump, reacendeu tensões e enfraqueceu a confiança diplomática. O Irã, por sua vez, passou a descumprir gradualmente os limites estabelecidos.

O impasse nuclear revela um dilema clássico das relações internacionais: a tensão entre segurança e soberania. Ao buscar garantir sua própria segurança, os Estados Unidos pressionam e isolam o Irã; ao resistir e expandir capacidades estratégicas, o Irã reforça a percepção de ameaça que justifica novas pressões. Trata-se de um ciclo de ação e reação difícil de romper.

Politicamente, a relação também é condicionada por fatores internos. Nos EUA, o Irã tornou-se tema recorrente de disputas partidárias. No Irã, a hostilidade a Washington é elemento central da narrativa do regime, funcionando como instrumento de coesão interna. Assim, concessões diplomáticas podem ser vistas como fraqueza por setores mais radicais de ambos os lados.

Uma saída sustentável exige mais do que acordos técnicos sobre centrífugas e níveis de enriquecimento. É necessário reconstruir canais de confiança e reconhecer interesses legítimos de segurança de ambas as partes. A alternativa, escalada militar ou colapso total das negociações, traria consequências imprevisíveis não apenas para os dois países, mas para todo o sistema internacional. Em um mundo já marcado por rivalidades estratégicas e crises múltiplas, insistir apenas na lógica da confrontação parece menos uma demonstração de força e mais um risco calculado demais.

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GOVERNO FEDERAL AFIRMA QUE VAI RECUPERAR A ESTRADA RIO-PETRÓPOLIS

As principais notícias do Correio da Manhã em 25 de fevereiro de 1931 foram: Ondas revolucionárias disparam nas cidades de Arequipa e Puira, no Peru. Estão prosseguindo, satisfatoriamente, em

Roma, as negociações para a redução dos armamentos navais italianos. Ministério da Viação envia nota ao Correio da Manhã dizendo que já providenciou as obras para recuperar a estrada Rio-Petrópolis.

HÁ 75 ANOS: TROPAS ALIADAS INVADEM A CIDADE DE PYONGYANG

As principais notícias do Correio da Manhã em 25 de fevereiro de 1951 foram: Tropas Aliadas conseguem invadir a cidade norte-coreana de Pyongyang. Comissões da ONU procuram diplomacia para um

cessar-fogo na península coreana. Ivo de Aquino é escolhido pelo PSD como o líder do Governo no Senado. STF mantém a posse de Edelsio Vieira de Melo como vice-governador de Sergipe.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.